

MARCAS SÊMIO-LEXICAIS EM TOPÔNIMOS AMAZÔNICOS

Rozangela de Melo Martins (UFAC)

melo.rozangela@yahoo.com.br

Alexandre Melo de Sousa (UFAC)

alexlinguista@gmail.com

RESUMO

Quando os primeiros europeus adentraram os rios, na região que hoje chamamos Amazônia, em busca de especiarias, metais preciosos e conquistas territoriais, uma das primeiras medidas tomadas por esses viajantes foi a nomeação dos lugares como demonstração de posse das terras pelas quais se achavam donos, ignorando os povos que aqui já estavam. O batismo de um lugar está longe de ser um ato inocente e sem intenções. Nele são expressos vestígios culturais e ideológicos do seu denominador. Portanto, o presente artigo se propõe a tentar discutir o início da “invenção” da Amazônia por meio do nome de seus lugares, chamados de topônimos, estes foram resultados de nomeações realizadas pelos primeiros viajantes colonizadores. Neste caso, consideramos o ato de nomear, como sendo os primeiros passos para essa “invenção”. No primeiro momento buscaremos discutir alguns pressupostos teóricos da toponímia, em seguida, trataremos a relação da toponímia com o ato de poder e posse territorial, para assim apresentarmos uma breve discussão sobre as primeiras superposições toponímicas de alguns rios, resultado do imaginário de espanhóis e portugueses. Para realizar essas discussões, utilizaremos como base teórica os trabalhos de Maria Vicentina Paula do Amaral Dick (1986, 1990, 1992 e 2012), Armando Levy Cardoso (1961), Karylleila dos Santos Andrade (2012, 2010), Patrícia de Jesus Carvalhinhos (2002-2003) no campo da toponímia, Paul Claval (2007), Renato Emerson dos Santos (2010), Durval Muniz Albuquerque Jr. (2012) na relação da toponímia e poder e Auxiliomar Silva Ugarte (2009), Leandro Tocantins (1973), Neide Gondim (1994) nas narrativas sobre a Amazônia, dentre outros autores.

Palavras-chave: Topônimos. Léxico. Motivação. Cultura.

1. Introdução

A toponímia, uma divisão da onomástica (ciência dos nomes próprios), tem como objetivo central estudar a origem e o significado dos nomes de lugares. Seu objeto de estudo é o topônimo, nome próprio do lugar.

Ao estudar o topônimo, o pesquisador perpassa as fronteiras linguísticas. Assim, levando em conta fatores sociais e históricos, é possível adentrar na memória cultural de um povo para tentar descobrir a motivação do denominador ao nomear um lugar. À medida que os espaços recebem seus nomes, materializam simbolicamente características culturais e

ideológicas.

A região que hoje chamamos de Amazônia passou a ser “inventada” a partir do século XVI, quando os primeiros europeus adentraram seus rios em busca de especiarias, metais preciosos e conquistas territoriais. Uma das primeiras medidas tomadas por esses viajantes foi a nomeação dos lugares como demonstração de posse das terras pelas quais se achavam donos, ignorando os povos que lá já estavam.

Os rios da Amazônia foram os primeiros alvos de nomeações, pois os mesmos, tornaram-se o “caminho-cenário, o fio condutor das tramas narrativas elaboradas pelos cronistas” (UGARTE, 2009, p. 69), e mais tarde, pelas expedições científicas oficiais que procuravam a todo custo descrever, catalogar e nomear, as plantas, os animais, os elementos geomorfológicos, e até os povos que ali viviam.

Desde então, a Amazônia foi sendo construída a partir de discursos que alimentaram o imaginário das pessoas, “resultados de um conjunto de eventos históricos” (ALBUQUERQUE JR., 2012, p. 25). Podemos considerar os topônimos que surgiram dessa nomeação, como sendo uma marca da colonização, que com o passar do tempo se cristalizaram e passaram a fazer parte de nossa vida.

Ao fazer uma pesquisa sobre os nomes de alguns lugares existentes na região amazônica, fica evidente a presença de topônimos atribuídos pelos colonizadores. Uma das principais características dessa nomeação é o transplante de nomes, ou seja, o denominador se referencia em atributos pertencentes ao seu lugar de origem para denominar os espaços colonizados. Isso implica na perda dos nomes de origem indígena, que representavam suas particularidades.

Desse modo, o denominador vai se referenciar naquilo que existe ao seu entorno, buscando itens pertencentes à sua cultura e visão de mundo, sempre com uma intenção carregada de valores no ato da nomeação.

Como lembra Alexandre de Melo Sousa (2007), “o estudo dos topônimos evidencia a inter-relação homem-ambiente-língua-cultura, como defendeu Edward Sapir (1969, p. 44). Para ele, a língua de um povo reflete o ambiente, já que dele recebe influência”. (SOUSA, 2007, p. 117)

Portanto, o presente artigo se propõe a tentar discutir o início da “invenção da Amazônia” por meio do nome de seus lugares, chamados de topônimos, estes foram resultados de nomeações realizadas pelos pri-

meiros viajantes colonizadores.

No primeiro momento buscaremos discutir alguns pressupostos teóricos da toponímia, em seguida, trataremos a relação da toponímia com o ato de poder e posse territorial, para assim apresentarmos uma breve discussão sobre as primeiras superposições toponímicas de alguns rios, resultado do imaginário de espanhóis e portugueses.

Maria Vicentina Paula do Amaral Dick (1987) informa que nomear um lugar, seja ele um espaço geográfico físico ou humano, sempre foi uma atividade prática do homem desde os primeiros tempos da história.

Apesar da nomeação de lugares ser uma prática rotineira do homem, segundo Maria Vicentina Paula do Amaral Dick (1987) a toponímia apareceu de forma sistematizada pela primeira vez somente em 1878, na França, quando o filólogo Auguste Longnon introduziu os seus estudos, em caráter regular, na *École Pratique des Hautes-Études e no Collège de France*. Porém seus estudos só foram divulgados após sua morte, em 1912. Sua obra serviu como referência para outros estudiosos no século XX. Um deles foi Albert Dauzat, quem enfatizou os estudos da toponímia na França, utilizando como base na sua investigação o método das áreas e da geografia linguística. Da pesquisa de Albert Dauzat originou-se a obra *Les Noms de Lieux Origine et Evolution*, a qual impulsionou o conhecimento de um sistema de normas ainda hoje seguido pelos pesquisadores dessa área.

O estudo da toponímia no Brasil, teve como precursor no início do século XIX, Theodoro Sampaio, com *O Tupi na Geografia Nacional* (1901). Seis décadas após esse primeiro estudo, surge Armando Levy Cardoso, autor do estudo da obra *Toponímia Brasileira* (1961), que se dedicou a estudar a etimologia de alguns topônimos brasileiros da Amazônia principalmente, os de origem caribe e aruaque. (DICK, 1987)

Desse momento em diante, surgiram diversos trabalhos da toponímia brasileira, Carlos Drummond, com a *Contribuição do Bororo à Toponímia Brasileira* (1965) e mais recentemente, quem vem se destacando, devido ao grande número de estudos, de orientações e de vários trabalhos sobre a toponímia no Brasil, é a professora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, da Universidade de São Paulo.

A toponímia é considerada multidisciplinar por ter o seu saber vinculado a outras áreas de conhecimento como a história, geografia, psicologia, sociologia, antropologia, cartografia e a linguística. Conforme

Karylleila dos Santos Andrade (2010), a toponímia “deve ser pensada como um complexo linguístico-cultural: fato do sistema de línguas humanas”. (ANDRADE, 2010, p. 105)

Nesse sentido, a toponímia ultrapassa o campo linguístico e articula a linguagem com a história, a cultura e a identidade, através de sua análise é possível verificar o simbolismo de uma determinada região.

No Brasil os topônimos receberam influências de nomes de origem portuguesa, indígena e africana, além dos nomes que foram trazidos por outros europeus. Maria Vicentina Paula do Amaral Dick (1990) afirma que, as origens históricas da toponímia brasileira se configuram na formação etno-histórica do país. Assim sendo, fica evidente as marcas diferenciadas na língua, nos usos, costumes e na toponímia do Brasil.

Estudar o léxico de uma língua pode contribuir para a reconstituição da maneira de viver de um povo, evidenciando sua cultura e sua história, pois ao nomear as coisas que o cercam, o homem expressa sua visão de mundo, seja pelas características físicas do local ou por aspectos antropológicos.

Dessa forma, fica evidente que o signo toponímico é motivado, o que o difere do signo linguístico considerado arbitrário, pelo fato de existir relação natural entre significante e significado. “O que era arbitrário, em termos de língua, transforma-se, no ato do batismo de um lugar, em essencialmente motivado, não sendo exagero afirmar ser essa uma das principais características do topônimo”. (DICK, 1990, p. 38)

Os topônimos representam a relação entre o homem e o espaço geográfico, expressando um vínculo cultural, que se estabelece através da motivação de uma denominação.

Nesse sentido, investigar o nome de uma determinada região é reconstituir parte da sua história social, pois ao buscar os significados na etimologia da palavra e na motivação, é possível fazer um resgate dos aspectos ideológicos do nomeador. Alguns estudos da toponímia referem-se ao topônimo como um verdadeiro “fóssil linguístico”.

Maria Vicentina Paula do Amaral Dick (1987), afirma que o topônimo toma a função cristalizadora por possuir o “papel de uma verdadeira crônica, em que os fatos atuais se projetam no futuro através da inscrição onomástica, possibilitando sua análise posterior”. (DICK, 1987, p. 28)

É exatamente o que conclui Alexandre de Melo Sousa (2007) ao afirmar:

Os topônimos, conseqüentemente, constituem uma fonte de grande importância para o acervo científico e patrimonial de qualquer país, pois por meio deles, como explicar Salazar-Quijadas (1985, p. 29): “a nação obtém uma personalidade geográfica própria e se particulariza com relação aos demais territórios do mundo”. Assim como a Arqueologia, os topônimos tornam-se, muitas vezes, a única evidência, em determinada área geográfica, da permanência de grupos que são parecidos como fonte de identificação e diferenciação das coisas e dos fenômenos. (SALAZAR-QUIJADA, 1985, p. 30, *apud* SOUSA)

Para melhor facilitar os estudos toponímicos, Maria Vicentina Paula do Amaral Dick (1987) utilizou como base os fatores que motivam uma denominação e desenvolveu um modelo de classificação taxionômica, distribuídas em duas áreas: taxonomia de natureza-física e taxonomia de natureza antropológica-cultural. Ao todo são vinte e sete taxes, onze de natureza física e dezesseis de natureza antropológica-cultural.

2. Toponímia e poder

Ao visualizarmos os mapas cartográficos, tomamos os recortes geográficos e suas denominações de forma naturalizada, como se estes não tivessem passado por um longo processo histórico, assim, esquecemos de questionarmos as questões geopolíticas que configuraram tais regionalizações. Como diz Walter D. Mignolo (2007), a Terra não foi dividida por um ser divino. “Os recortes geográficos, as regiões, são fatos humanos, são pedaços de história, magma de enfrentamentos que se cristalizaram, são ilusórios ancoradouros da lava da luta social”. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 79)

O ato de nomear um lugar é uma forma de apropriar-se do espaço, não só para fins de orientação e localização, mas também como forma de tomada de posse dos novos territórios:

Todos os lugares habitados e em grande número característicos na superfície da Terra têm nomes – frequentemente há muito tempo. A toponímia é uma herança preciosa das culturas passadas. Batizar as costas à as baías das regiões litorâneas foi a primeira tarefa dos descobridores. Um verdadeiro tapete de nomes recobre a terra que se torna assim objeto de discurso. O Batismo do espaço e de todos os pontos importantes não é feito somente para ajudar uns aos outros se referenciar. Trata-se de uma verdadeira tomada de posse (simbólica ou real) do espaço. (CLAVAL, 2007, p. 191)

Paul Claval (2007), ressalta que o colonizador necessita por meio

da memória reafirmar seu poder sobre um território, para isso utiliza o batismo do lugar, assim deixa sua marca estampada para as gerações seguintes. Ao refletir sobre esse pensamento de Paul Claval, é possível afirmar que a terra é apropriada pelo poder no momento de sua nomeação.

Renato Emerson dos Santos (2010) também relaciona a nomeação com o ato de poder, refere-se ao ato de nomear como sendo o primeiro ato de poder sobre o mundo, portanto a toponímia retrata a “apropriação dos lugares reconhecida por quem legitima e reproduz os nomes que são expressão desta apropriação”. O autor nos provoca levantando que

Aprender a toponímia é aprender sobre a história do território, é algo que informa sobre a construção do território e, portanto, é elemento constitutivo das narrativas que elaboram nossos sentimentos de pertencimento em relação a ele. É neste sentido que atentamos aqui para toponímias indígenas e negras como marcas históricas apagadas da construção e formação do nosso território, fruto de narrativas de território “branqueadas”. (SANTOS, 2010, p. 156)

O europeu, ao chegar no território brasileiro, já encontrou uma nomenclatura indígena incorporada nos nomes dos lugares. Embora esses lugares já apresentassem nome na língua dos povos colonizados, o fato não impediu que os colonizadores os renomeassem, imprimindo suas experiências de vida, seus valores, suas emoções e suas crenças.

Nesse sentido, “nomear lugares é impregná-los de cultura e poder” (CLAVAL, 2007, p. 202), verificamos assim, que é inaugurado uma nova “realidade” através desse ato simbólico, resultando no silenciamento da cultura dos grupos étnicos, aqui presentes nos primórdios da colonização. Carlos Walter Porto-Gonçalves e Pedro de Araújo Quental, complementa se referenciando em Rogério Haesbaert (2010) e Pierre Bourdieu (1989):

Atribuir nome a uma região geográfica é também um ato de poder, uma maneira de efetivar controle e domínio sobre um espaço (Haesbaert, 2010). O ato de enunciar e nomear uma região favorece seu reconhecimento e seu vir a existir, dito a partir de uma posição de autoridade, impõe uma nova visão e divisão do mundo social, consagra um novo limite. Todo limite e recorte geográfico de uma região é marcado por disputas pelo monopólio de sua legítima definição, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer uma nova visão e representação do mundo (Bourdieu, 1989). (PORTO-GONÇALVES & QUENTAL, 2012, p. 2)

Segundo Durval Muniz Albuquerque Jr. (2012), o apossamento marca a relação do homem com a terra, dessa forma ao se apossar ou dominar um território, o homem outorga a ele um sentido, um significado

cultural através de símbolos e da linguagem. O autor comenta:

[...] como diz Michel de Certeau, intelectual francês do século passado, nomear é uma das primeiras formas que o homem desenvolveu de demarcar e tomar posse de um território, de dominá-lo, de colonizá-lo. Nomear é dar sentido, é também demarcar diferenças em relação aos territórios vizinhos, é estabelecer fronteiras. Ao chegar às costas brasileiras, uma das primeiras preocupações dos portugueses foi dar um nome para a terra recém-encontrada. Embora o nome cristão e católico que escolheram, Terra de Santa Cruz, não tenha conseguido se sobrepor ao nome vulgar, o de terra do Brasil, do pau-brasil, madeira que foi a base da primeira atividade econômica de exploração colonial deste território, a colonização, a dominação, a posse portuguesa se inicia por este ato de nomeação. (ALBUQUERQUE JR., 2012, p. 8-9)

O autor defende ainda que, tratar da história da relação do homem com a terra, seus territórios, é fazer a história de apropriação do homem sobre a natureza, assim, é tratar da história de relações como as de posse e propriedade, é tratar das relações de poder, domínio, de mando, de soberania.

3. Os primeiros denominadores estrangeiros

Antes de discutir algumas narrativas que fizeram com que a Amazônia servisse de alimento para a imaginação coletiva, desde os primeiros viajantes que percorreram seus rios, se faz necessário entendermos que o termo *Amazônia* não aparece nas primeiras narrativas dos viajantes. Esse termo vai surgir somente no século XIX. Segundo Magali Franco Bueno (2002), o termo apareceu pela primeira vez em 1899, no livro *O País das Amazonas*, do autor Barão de Santa Anna Neri.

Foi partir do século XVI que os europeus iniciaram uma fase de exploração e conquistas de novas terras além dos mares. A busca por riquezas e pelo paraíso, atraíram inúmeros aventureiros ao “Novo Mundo”, nesse período a região que hoje conhecemos como Amazônia, começou a preencher o imaginário europeu, pois nela procuravam a fonte da juventude, o País da Canela, o El Dorado e o reino das guerreiras Amazonas. Leandro Tocantins (1973) relata que existia uma forte tendência nos escritores do século XVI de recriar nas terras do “Novo Mundo” as histórias difundidas pela literatura Grega.

Os primeiros olhares estrangeiros lançados sobre a Amazônia, partiram de dois europeus, Vicente Yáñez Pinzón e Diego de Lepe, acompanhados de suas pequenas frotas.

Assim, as duas primeiras expedições inauguraram “a percepção europeia sobre o mundo amazônico, em duas vertentes: “a) O encanto pelo imediatamente visível e positivo – as águas doces e a fertilidade da terra; b) A expectativa, igualmente positiva, da existência de diversas riquezas”. (UGARTE, 2009, p. 70)

Auxiliomar Silva Ugarte (2009), informa que Vicente Yáñez Pinzón, agiu como se fosse um “Adão geográfico”, nomeando a foz do grande rio de: Santa Maria de la Mar Dulce. Ao nomear o rio, que depois virá a se chamar Amazonas, Vicente Yáñez Pinzón fez uma comparação entre as águas doces do rio e a doçura da Virgem Maria.

Segundo Leandro Tocantins (1973) na volta para a Europa, seguindo a costa em 5 de abril de 1500, a frota avistou um cabo que Vicente Yáñez Pinzón batizou de São Vicente. Poucos meses depois da partida de Vicente Yáñez Pinzón, Diego de Lepe desembarcou na região, seguindo quase o mesmo percurso de seu antecessor. Ao observar o fenômeno da água doce que avança no mar, os tripulantes da expedição de Diego de Lepe, denominaram o rio (atual Amazonas) de Marañón.

4. O rio das amazonas e outros

Auxiliomar Silva Ugarte (2009) nos mostra que o feito de percorrer quase toda extensão do rio Santa Maria de la Mar Dulce ou Marañón, foi realizado pela expedição comandada por Francisco Orellana. Saíram do Peru por ordem do governador espanhol Francisco Pizarro Gonçalves, em busca do El Dorado e de canela. Nesta viagem, o frei Gaspar de Carvajal registrava por escrito os principais acontecimentos, perigos e frequentes incômodos sofridos no percurso.

Ao longo de toda a viagem, os aventureiros viajantes comparavam a fauna e flora encontrada com nomes do imaginário europeu, “denominaram certas aves como sendo perdizes, pavões; os felinos foram chamados de leões; o arroz aquático foi nomeado aveia” (UGARTE, 2009, p. 42). Dessa maneira, os viajantes que percorreram essas terras, interpretando-as por meio de seus valores culturais e juízos, tentavam assim, construir uma representação de um mundo exterior ao seu.

Durante sua viagem ao rio Marañón, Francisco Orellana e seus expedicionários entraram em contato com várias sociedades indígenas, nem todos os contatos foram amigáveis, pois os membros da expedição recorriam a saques nas aldeias em busca de alimentos. Na primeira aldeia

que pararam, Francisco Orellana foi advertido por um índio para tomar cuidado com as grandes senhoras, pois as mesmas os matariam se invadissem suas terras. Segundo Auxiliomar Silva Ugarte:

Foi num dos contatos belicosos que os expedicionários tiveram a impressão de lutarem com as lendárias *amazonas*. A presença de algumas mulheres na batalha impressionou-os tanto que batizaram, pela segunda vez, o rio Marañón, que já havia sido nomeado rio Orellana, mudando dessa vez, para *rio das Amazonas*. (UGARTE, 2009, p. 41)

A lenda das Amazonas, segundo Leandro Tocantins, migrou do imaginário europeu para as terras da América, “[...] as mulheres guerreiras, cuja presença Colombo teve notícias na Antilha [...]”. (TOCANTINS, 1973, p. 31)

O autor prossegue dizendo que Francisco Orellana já trazia em seu espírito a sensibilidade para o maravilhoso, por isso, os relatos de Colombo devem ter influenciado no desenvolvimento deste mito.

As narrativas de Pierre Grimal (1989) contam que as amazonas eram um povo de mulheres descendentes do Deus da Guerra, Ares e da ninfa Harmoniosa. Elas eram as governadoras de si mesmo e comandadas por uma rainha, as mesmas, não aceitavam a presença de homens no seu dia adia, a não ser quando sentiam a necessidade de procriar, para garantir a perpetuação da raça.

Dessa forma, Francisco Orellana já possuía um conhecimento sobre as amazonas, transplantando a lenda grega para a planície, onde hoje conhecemos como Amazônia, dessa forma o que se faz é transferir imagens do imaginário europeu para o “Novo Mundo”. Francisco Orellana descreve as mulheres guerreiras:

Estas mulheres são mui alvas e altas, com o cabelo muito comprido, entrançado e enrolado na cabeça. São muito membrudas e andam nuas em pelo, tapadas as suas vergonhas, com seus arcos e flechas nas mãos, fazendo tanta guerra como dez índios. E em verdade houve uma destas mulheres que meteu um palmo de flecha por um dos bergantins, e as outras um pouco menos de modo que os nossos bergantins pareciam porco-espinho. (CARVAJAL, 1941, p. 60-61)

Leandro Tocantins (1973), referindo-se aos relatos de Francisco Orellana, afirma que não se admira que o aventureiro e seus companheiros se aproveitaram de fatos corriqueiros para ilustrar a sua fantasia, já que a mente desses homens estava cheia de histórias das guerreiras combatentes. Assim, a lenda das amazonas foi sendo repetida por vários autores.

No século XVIII, Charles-Marie de La Condamine inaugurou as primeiras expedições científicas ao vale amazônico. Apesar de sua viagem possuir fins estritamente científicos, o viajante cientista faz menções aos relatos das mulheres amazonas, mesmo não acreditando, procurou investigar perguntando sobre o assunto para as pessoas por onde passava, “um índio de são Joaquim d’Omáguas nos dissera que acharíamos talvez ainda em Coari um velho cujos pais avistaram as Amazonas” [...]. (LA CONDAMINE, 1944, p. 78)

Para Auxiliomar Silva Ugarte, “Orellana talvez não imaginasse quanto a história de sua expedição iria repercutir em diversos meios sociais, quer na Europa quer na América, quer no século XVI quer nos seguintes”. (UGARTE, 2009, p. 43)

Nos relatos de viagem de Gaspar Carvajal consta que o grande rio, que antes se chamava rio Francisco Orellana, depois do fantasioso encontro com as mulheres guerreiras, foi novamente batizado, e passou a ser chamado de Rio das Amazonas.

Notamos então, que o rio que hoje chamamos de Amazonas, foi resultado de várias superposições toponímicas. Auxiliomar Silva Ugarte nos relembra as várias denominações que esse rio recebeu, “[...] o *Paraná Guaçu* (Rio Grande) dos indígenas de fala tupi, que os espanhóis batizaram em diferentes momentos, com as denominações de *Santa Maria de la Mar Dulce*, *Marañón*, *rio de Orellana* e, finalmente, *rio das Amazonas*” (UGARTE, 2009, p. 169). Armando Levy Cardoso (1961) afirma também que, em uma época anterior, foi o Gueni dos aruacos.

Devemos frisar que Francisco Orellana, também foi o responsável pela nomeação do Rio Negro, afluente da margem direita do rio Amazonas. A nomeação do Rio Negro nas palavras de Gaspar Carvajal:

Nesse mesmo dia, saindo d’ali, prosseguindo a nossa viagem, vimos uma boca de outro grande rio, à mão esquerda, que entrava no que navegávamos, e de água negra como tinta, e por isso lhe pusemos o nome de *Rio Negro*. Corria ele tanto e com tal ferocidade que em mais de vinte léguas fazia uma faixa na outra água, sem misturar-se com a mesma. (CARVAJAL, 1941, p. 50)

Armando Levy Cardoso esclarece que, “a atual denominação, imposta por Francisco Orellana, encerra o mesmo motivo fundamental (coloração das águas) que teria impressionado o indígena ao dar-lhe os topônimos primitivos de Curiguacuru, Curumã e Tuna”. (CARDOSO, 1961, p. 143)

Em seus relatos Gaspar Carvajal, identifica mais um rio, os via-

jantes comparam a existência de três de ilhas na foz do rio com um elemento simbólico do cristianismo: “não tínhamos andado obra de duas léguas, quando vimos entrar à mão direita outro rio mui poderoso e maior. Tão vasta era a entrada, que fazia três ilhas, razão pela qual chamamos a esse, *Rio da Trindade*”. (CARVAJAL, 1941, p. 46)

O Rio da Trindade, a que se refere Gaspar Carvajal, é chamado hoje de Purus. Segundo Antônio Rodrigues Pereira Labre (1872) nome Purus é uma simplificação do termo purupuru (pintado) ou mira puru puru (gente pintada, em língua geral), nome dado, em razão do povo da tribo Pamari serem afetados por uma doença dermatológica que manchava a pele. Porém, conforme o autor, a tribo Pamari o chamavam de uaini.

5. A toponímia portuguesa no vale amazônico

Marcando a presença dos portugueses no rio Amazonas, Pedro Teixeira realizou a primeira expedição de caráter oficial. Nessa expedição, encontrava-se o padre Alonso de Rojas, que escreveu um texto intitulado de *Descobrimiento do Rio das Amazonas*. Em meio aos cronistas, “[...] o padre Alonso Rojas foi o primeiro a utilizar, explicitamente, metáforas do Paraíso em relação ao vale do Amazonas”. (UGARTE, 2009, p. 190)

A metáfora do paraíso terrestre, ao lado da busca pelo *el dorado* e as mulheres guerreiras amazonas seduziam e atraíam espanhóis e portugueses marcados ainda por um imaginário medieval.

Na opinião de Neide Gondim (1994), em meio aos relatos de Rojas é possível identificar que, além da visão religiosa, existe também uma preocupação política, ao escrever sobre a necessidade de aproveitar as margens do rio para o cultivo de plantações diversas e para a construção de benfeitorias, assim como o estabelecimento de fortificações em pontos estratégicos ao longo do vale.

A presença portuguesa na região Amazônica no período colonial, também deixou marcas no imaginário toponímico. Nesse sentido, Armando Levy Cardoso (1961), aponta que Caiari, palavra de origem Aruaque, que significa “o rio do Cedro”, teve seu nome substituído pelos portugueses recebendo a denominação de rio da Madeira ou rio Madeira, assim chamado devido à grande quantidade de cedros corpulentos que a correnteza arrasta de suas margens, fenômeno ocasionado pelo aumento do volume das suas águas provocando inundações de campos e florestas,

a força da vazão arranca as árvores do solo e as carrega rio a fora.

Maria Vicentina Paula do Amaral Dick (1987) aponta que uma das principais características da toponímia lusitana na região amazônica brasileira é a substituição da denominação indígena já estabelecida.

Em um primeiro momento, segundo a autora, não havia interesse por parte dos missionários portugueses em apagar a nomeação indígena e sim acrescentar um “dado novo referente a catequese”. Como mostra Armando Levy Cardoso,

[...] os primitivos topônimos brasílicos, [...] foram substituídos, a princípio, pelos colonizadores e catequistas, por uma denominação composta, em que o topônimo brasílico era anteposto, na generalidade, por um nome do hagiolôgio português, como por exemplo – Santo Antônio de Surubiú, S. Francisco de Gurupatuba, Santo Elias do Jaú, Santo Ângelo do Cumarú, Nossa Senhora da Conceição de Mariuá, Santa Rosa de Bararóá, São Paulo de Cambebas, Nossa Senhora do Loreto de Maçabari, S. José de Macapá, Santa Rita de Cássia de Itarandéua, Santana de Saracá, Vila Viçosa de Santa Cruz do Camutá, além de uma série de outros [...]. (CARDOSO, 1961, p. 281-282)

Assim, em etapa posterior, ocorreu a substituição dos nomes indígenas pelos nomes portugueses. Maria Vicentina Paula do Amaral Dick (1987) evidencia que a persistência dos dialetos indígenas, entre as populações mamelucas, colocava em risco os planos da metrópole, que queria transformar a língua portuguesa em língua padrão da colônia. Uma das providências imediatas foi a viagem em 1758, do representante do Marquês de Pombal, subindo o rio Amazonas. Conforme Armando Levy Cardoso (1961) a substituição dos nomes indígenas pelos nomes portugueses era para representa uma espécie de saudade das terras lusitanas.

Nesse sentido, Patrícia de Jesus Antunes e Alessandra Martins Carvalhinhos (2007) nos confirmam que no século XVII, a superposição deu lugar à eliminação do termo indígena ou à substituição do mesmo por um nome de origem portuguesa, porém não concordam com a motivação da saudade portuguesa para essa mudança de nomes, acreditando então, no motivo político, que seria a reforma educacional pombalina.

Para Maria Vicentina Paula do Amaral Dick (1987), “muito embora Armando Levy Cardoso pretenda ver na colocação dos topônimos portugueses um evocativo desse sentimento, acredita-se que na hipótese, ele está um pouco desnaturado, desde que houve imposição oficial para a mudança”. (DICK, 1987, p. 110)

Assim, não se pode o usar o termo “saudade portuguesa”, como

algo romântico e inocente, pois a violência sofrida por indígenas de diversos troncos linguísticos, dessa forma, não foi levado em consideração os nomes de lugares já existentes e nem que aqueles nomes remetiam valores ligados a terra e a gente que aqui já estava. O que restou para muitos povos, foram nomes ligados a cultura alheia ao seu mundo, dessa forma, foi forjada uma nova identidade para esses povos.

Maria Vicentina Paula do Amaral Dick (1987) nos fornece alguns exemplos de designativos artificiais baseados na visão portuguesa, que foram implantados no norte do país: Tapajós recebeu o nome de Santa-rém; Pauxis mudou para Óbidos (PA); Surubim foi substituído por Alenquer (PA); Manao passou a ser Lugar da Barra e mais tarde Manaus (AM); Omáguá passou a se chamar São Paulo de Olivença (AM), dentre outros.

6. Considerações finais

A construção do imaginário amazônico ligada a imagem do “Novo Mundo”, teve início a partir do século XVI quando foi lançado a essa porção de terras os olhares dos primeiros estrangeiros. Através dos rios, os viajantes aventureiros teciam narrativas ainda baseadas no universo europeu medieval.

Dessa forma, esses exploradores reutilizavam temas que nasceram em meio as grandes navegações, dentre esses temas, estavam a busca por riquezas e território, o desejo de encontrar o paraíso perdido, o exotismo da gente e das novas terras e a expansão religiosa. Apesar dos relatos dos primeiros cronistas serem considerados fantasiosos, continuaram a entusiasmar viajantes nos séculos seguintes.

Uma das primeiras iniciativas dos viajantes ao percorrer os rios do vale amazônico, foi nomeá-los. A nomeação é considerada por vários autores a expressão do poder e uma forma de apossar-se do território, pois ao dar nome a um lugar, o denominador busca referência no seu universo mental, transplantando do seu mundo nomes referentes a seus costumes, crenças, lendas, personalidades etc. É uma tentativa de recriar no espaço apropriado o seu lugar de origem, resultando na substituição de nomes já existentes e apagamento do modo de viver dos verdadeiros donos das terras.

Nesse sentido, quem batiza um lugar, imprime sua marca, sua ideologia, seu modo de ver o mundo, assim, contribui significativamente

para alimentar o imaginário dos habitantes do lugar, tempos depois.

Carmen Maria Faggion, Bruno Misturini e Elis Viviana Dal Pizzol (2013) acreditam que o nome de lugar se torna um texto, onde estão registradas as relações, as ideologias e o momento histórico que o configuraram.

A Amazônia é uma construção discursiva, arquitetada por imagens ligadas ao Novo Mundo, é uma “invenção”. Foi inventada, desde quando os primeiros colonizadores colocaram seus “tentáculos” sobre essas terras, nomeando, classificando, comparando, subjugando, destruindo quem atrapalhasse seus planos. A marca da invenção permanece cristalizada, impressa, tatuada em seus topônimos, está ali, como se sempre estivesse. Assim, como destaca Alexandre de Melo Sousa (2007, p. 127), no sintagma toponímico pode-se evidenciar a simbiose entre língua e cultura, marcada no ato da nomeação dos espaços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Karylleila dos Santos. *Atlas toponímico de origem indígena do estado de Tocantins*. Goiânia: PUC Goiás, 2010.

_____; DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A interdisciplinaridade no contexto escolar: reflexões iniciais de uma proposta aplicada ao ensino. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto de; ISQUERDO, Aparecida Negri. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. vol. VI. Campo Grande: UFMS, 2012.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BUENO, Magali Franco. *O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de geografia e da mídia impressa*. 2003. Dissertação (de mestrado). – Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-11052004-103058/pt-br.php>>.

CARDOSO, Armando Levy. *Toponímia brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus; ANTUNES, Alessandra Martins. Toponímia brasileira. Origens históricas. *Cadernos do CNLF*, Cifefil, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 2, p. 141-158, 2007. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/xicnlf/2/12.htm>>.

CARVAJAL, Gaspar. *Descobrimento do rio de Orellana*. Trad.: C. de Mello-Leitão. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1941.

CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. 2. ed. Florianópolis: Edufsc, 2001.

DICK, Maria Vicentina Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

_____. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1987.

DRUMOND, Carlos. *Contribuição do bororo à toponímia brasílica*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1965.

FAGGION, Carmen Maria; MISTURINI, Bruno; DAL PIZZOL, Elis Viviana. Ideologias no ato de nomear: a toponímia revelando mudanças nas relações de poder de uma comunidade. *Entreletras*, Araguaína, vol. 4, n. 2, p. 10-30, ago./dez. 2013. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/entreletras/article/download/987/526>>.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GRIMAL, Pierre. *A mitologia grega*. 2. ed. Apartado: Europa-América, 1989.

HAESBAERT, Rogério. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. *Antares: Letras e Humanidades*, n. 3, p. 1-24, jan./jun.2010. Disponível em: <http://www.geografia.ffe.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Gloria/2016/1s/HAESBAERT-Regiao_regionalizacao_e_regionalidade.pdf>.

LABRE, Antônio Rodrigues Pereira. *Rio Purus*. São Luis: Typ. do Paiz, Imp. M. F. V. Pires, 1872.

MIGNOLO, Walter D. *Laidea de América Latina: La herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa, 2007.

OLIVEIRA, Ana Maria Pinto de; ISQUERDO, Aparecida Negri. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed.

Campo Grande: UFMS, 2001.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; QUENTAL, Pedro de Araújo. *Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina*. Disponível em: <<http://polis.revues.org/3749>>. Acesso em: 10-01-2016.

SANTOS, Renato Emerson dos. Ensino de geografia e currículo: questões a partir da Lei 10.639. *Terra Livre*, São Paulo, ano 26, vol. 1, n. 34, p. 141-160, jan.-jun./2010. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/315/298>>.

SOUSA, Alexandre de Melo. Geografia e linguística: intersecções no estudo toponímico. *Perspectiva Geográfica*, Rio Branco, n. 3, p. 115-128, 2007.

SOUZA, Márcio. *História da Amazônia*. Manaus: Valer, 2009.

TOCANTINS, Leandro. *O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1973.

UGARTE, Auxiliomar Silva. *Sertões de bárbaros: o mundo natural e as sociedades indígenas na Amazônia na visão dos cronistas ibéricos – séculos XVI/XVII*. Manaus: Valer, 2009.